

## Tendências/Debates

ANC 88  
Pasta Junho/86  
013

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Dois coelhos, uma só cajadada *Assembleia Constituinte*

NEWTON RODRIGUES

A Constituinte, como se fosse uma brotoeja de verão, saiu de moda. Quase ninguém, a não ser aquela comissão presidida pelo professor Afonso Arinos e integrada por tantas sumidades, quase todas sem experiência política direta, anda preocupado com o assunto. Perdão, há também os esforços corporativos, vindos de todos os lados, para que o futuro texto abrigue os mais descabelados privilégios, aproximando ainda mais o país do sistema medieval de guildas. Mas a grande massa mesma, a arraia miúda, dos textos antigos, o povão de hoje, está longe do assunto.

A nobreza de toga, de bens e de camarotes políticos, obteve, assim, além do primeiro, o segundo objetivo de seu plano estratégico: de conseguir impedir a convocação de uma Assembleia Constituinte a curto prazo, esvaziou-a do interesse geral, pela pertinácia com que soube embarçar as questões, transformando assuntos simples em temas herméticos, tratados no recesso de gabinetes, entre companheiros de ofício. Por essas e outras (e são muitas as outras) o que vai cada vez mais dominar o processo eleitoral será a escolha de governadores, desbotadas, em quase toda parte, as legendas pela formação das mais estranhas alianças, capazes de pôr qualquer um de boca aberta, mas ótimas para desviar, por tabela, o voto que o cidadão, obrigado por lei, depositará na urna.

Entre as "outras" ressaltam dois fatos: o adiamento da remoção da parte mais fétida do chamado entulho autoritário — isto é, do sistema de leis antidemocráticas — e, de modo específico, a manutenção de vários nefastos dispositivos eleitorais, agravados pela introdução (ou reintrodução) de regras antigas, de comprovada nocividade. Dois coelhos, uma só cajadada: a pretexto de que vai haver uma Assembleia Nacional Constituinte, adiou-se qualquer medida de saneamento institucional; a título de que a ditadura militar degradara o voto aos mais baixos níveis — o que é gritante verdade — renovaram-se velhas determinações sem, entretanto, alterar as leis eleitoral e partidária no que têm de mais reacionário e inautêntico. A Constituição que aí está é a mesma outorgada pelo regime militar, com as modificações que ele consentiu, quase todas feitas em pleno período generalício, pois apenas as emendas de números 25 e 26 são posteriores à posse de José Sarney.

Ao contrário do que se comprometera a fazer Tancredo Neves que, antes e depois de eleito presidente da República, ressaltara o primado da



política, é dia-a-dia mais irrefutável que a abordagem oficial dá prioridade aos temas, esquemas e problemas econômico-financeiros. Se, na regência de Médici, Geisel e Figueiredo, as duplas Delfim-Veloso, Simonsen-Veloso e Delfim-Galvêas eram as figuras centrais, pela soma desmedida de poderes que enfeixavam, Funaro e Sayad ocupam a mesma proeminência na cena e esse relevo ameaça crescer pela aprovação, no Congresso, de medida que lhes dá poderes ditatoriais, que incluem o poder de decretar prisões arbitrárias, e a criação de uma grande "holding" englobando todas as empresas estatais.

Não se pretende, ao dizer isso, sugerir que o sentido das medidas oficiais, agora e antes, seja o mesmo. A filosofia que inspira a atual administração diferencia-se da anterior por contrariar o caráter recessivo e ultra-concentradorista que a caracterizava; jamais as administrações passadas encarariam, mesmo em tese, decisões como a de congelamento de preços e aluguéis, prestações de casa própria e impostos e taxas, ainda que o simultâneo bloqueio dos aumentos salariais lhes diminuíssem o vigor. Os métodos de decisão permanecem, porém, exatamente os mesmos e a sociedade brasileira (inclusive o Congresso e os

partidos) foi surpreendida pelo plano cruzado, da mesma forma que o era antes pelas sucessivas decisões de natureza econômica ou política, adotadas na fase de prepotência militar. A mais recente reunião da tecnoburocracia econômico-fazendária em Carajás, com o presidente da República e alguns ministros selecionados, além de Funaro e Sayad, diz mais sobre isso que profusão de palavras.

Estamos acumulando de novo fatores de crise que só podem ser resolvidas por medidas políticas, entretanto sistematicamente obstruídas. Apresentada durante anos como necessidade básica imposta pela urgência de reordenar a ordem institucional, banindo o autoritarismo centralista e antifederalista, a Constituinte está fadada a ser uma Assembleia ilegítima pela bastardia do voto desigual e antidemocrático que permanece em vigor, e incapacitada para encarar e resolver os problemas vitais que nem sequer estão sendo discutidos, salvo em círculos restritos.

Se o governo, por via direta ou por intermédio de alguma comissão, tivesse, a exemplo do que se fez em Portugal, após a Revolução dos Cravos, pedido aos partidos e correntes organizadas que apresentassem seus pontos de vista sobre uma futura Constituição e os ordenasse, de forma

sistemática e clara, o debate teria ganho objetividade e interesse em extensão nacional, obrigando organizações e candidatos a definir-se, perante o eleitorado, sobre as medidas de ordem política, econômica e social que pretendem votar. Mas isso, por motivos que todos sabem quais são, pouco interessava aos que controlam os centros decisórios. O simples exame crítico da Constituição de 1946 seria ponto de partida bastante, para qualquer debate produtivo, na falta de outro melhor; preferiu-se, entretanto, o longo exercício de uma comissão hipertrofiada que, apesar do valor individual de seus membros, realiza uma obra à margem do que se está passando na sociedade, como se se tratasse de inventar um país que, entretanto, já existe.

Esvaziada do interesse eleitoral, a Constituinte, que nenhum político de porte nacional — salvo Ulysses Guimarães — pretende integrar, promete ser a mais mediocre e irrepresentativa de quantas se realizaram entre nós, desde 1923. Nela haverá condições para muita coisa, menos para elaborar-se uma boa e moderna lei básica.

NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES, é jornalista e analista político; foi editor da revista "Senhor" e do jornal "O País", diretor-redator-chefe do "Correio da Manhã" e colaborador de diversas publicações caricatas.